

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Geral da Prefeitura de Domingos Martins.

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde

**Gestor responsável:** Daysi Koehler Behning

**Exercício:** 2025

### 1. Introdução

A Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Unidade Central de Controle Interno) elaborou o Plano de Ação do Controle Interno – PACI para o exercício de 2025 (Processo PMDM nº 85/2025), bem como elaborou e publicou o Plano Anual de Auditoria – PAAI 2025 (Processo PMDM nº 86/2025) para o mesmo exercício, disponibilizando o planejamento dos procedimentos de auditoria e controle a serem executados no período referenciado, bem como a normatização operacional que seria empregada como balizador das atividades propostas. Ressalta-se que ambos foram tempestivamente publicados no Portal da Transparência do Município de Domingos Martins.

As auditorias programadas para o ano de 2025, expostas no Plano supramencionado, pretendiam avaliar o funcionamento e a regularidade de alguns Sistemas Administrativos, selecionados conforme aspectos de materialidade, relevância e vulnerabilidade, por meio da elaboração da Matriz de Riscos, utilizando também os resultados obtidos na aplicação dos instrumentos de Avaliação dos Serviços Prestados, bem como as práticas diárias do Controle Interno.

Toda a atuação da Unidade de Controle foi regida pelos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, e especialmente, pelos princípios da segregação de funções e da preservação da independência.

Especificamente para o Fundo Municipal de Saúde, foram avaliados os pontos de controle abordados no RELUCI – Gestão do Fundo, por meio de avaliação de documentos específicos, tais como, demonstrativos, anexos e relatórios contábeis, e de pessoal. Além destes pontos, outras temáticas foram analisadas através de auditorias, inspeções, recomendações, relatórios, entre outras.

Além das Auditorias e Fiscalizações, o Controle Interno atuou também, através de ações preventivas e corretivas, frente às falhas detectadas, informando aos setores a importância de submeter-se às normas vigentes.

O PAAI 2025 como instrumento de planejamento para a atuação do Controle Interno não esgotou as atividades desenvolvidas pelo mesmo, dado que diversas realidades supervenientes exigiram dedicação significativa da Controladoria, de forma a promover retificações no Plano e adequação dos trabalhos. Os critérios empregados no Fundo de Saúde estão dispostos na Tabela a seguir:

**Tabela 01:** Pontos de Controle Específicos do Fundo Municipal de Saúde avaliados pelo Controle Interno.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
3.1	Funcionalidades do Portal da Transparência de Domingos Martins.	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico;	- Lei Federal nº 12.527/2011; - LRF. Lei da Transparência nº 131/2009; - Decreto Normativo Municipal nº 3.908/2021.	- Verificar a funcionalidade e adequação do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, quanto aos aspectos avaliados pelo TCEES; - Divulgação obrigatória das informações previstas em lei;	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico
3.2	Ouvidoria Municipal.	- Site Oficial da Prefeitura Municipal de Domingos Martins; - Registros de manifestações na Ouvidoria física; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.	- Lei Federal nº 12.527/2011 - LRF; - Lei da Transparência nº 131/2009; - Lei Federal nº 13.460/2017, participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos.	Avaliar o efetivo funcionamento da Ouvidoria Municipal, física e eletrônica.	- Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins; - Manifestações registradas fisicamente e eletronicamente na Prefeitura; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.	- Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins; - Manifestações registradas fisicamente e eletronicamente na Prefeitura; - Legislações federais e municipais sobre a estrutura e o funcionamento das Ouvidorias.
3.3	Sobre a realização de Despesa sem prévio empenho.	- Listagem de empenhos, liquidações e pagamentos; - Processos de pagamento, devidamente instruídos.	- Lei Federal nº 4.320/1964.	Averiguar a realização de despesa sem prévio empenho pela Prefeitura de Domingos Martins.	- Processos de despesa e a observância aos respectivos estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.	- Processos de despesa e a observância aos respectivos estágios para a realização das despesas públicas previstos na Lei nº 4.320/1964.
3.4	Observância ao princípio da impessoalidade na Administração Pública.	- Gestão.	- Constituição Federal;	Orientar sobre observância ao princípio da impessoalidade no que tange ao Nepotismo, conforme artigo 37 da Constituição Federal.	- Prática do nepotismo;	- Prática de Nepotismo;
3.5	Fiscalização de	- Processo de	- Lei	Orientar sobre a	- Processo de	Processos de

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
	contratos administrativos;	compras aquisições; e	14.133/2021.	regular fiscalização dos contratos administrativos para prestação de serviços e fornecimento de bens, no âmbito da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei Federal nº 14.133/2021.	compras aquisições; e	compras aquisições; e
3.6	Código de conduta e ética;	Código de conduta e ética;	- Constituição Federal; - Lei complementar nº 56/2022;	Orientação quanto à existência do Código de Conduta e Ética da Administração Pública Municipal, a necessidade de sua divulgação, observância e cumprimento, bem como da atualização da composição da Comissão de ÉTICA do município.	Código de conduta e ética;	Código de conduta e ética;
3.7	Aplicação de penalidades às empresas contratadas pela Prefeitura;	Processos administrativos de compras e serviços.	- Lei 14.133/2021;	Orientar sobre a aplicação de penalidade pelas Secretarias Municipais a empresas contratadas, pelo descumprimento contratual na prestação de serviços ou fornecimento de bens.	Processos administrativos de compras e serviços.	Infrações cometidas por empresas nos processos administrativos de compras e serviços.
3.8	Contratação de assessorias.	- Processos de contratação de serviços assessorias;	- Lei 14.133/2021;	Orientação sobre a contratação de assessorias de forma geral para a Administração Pública Municipal.	- Processos administrativos de serviços;	- Contratos de assessorias e consultorias;
3.9	Uso de veículos oficiais;	- Frota;	- Constituição federal; - Instrução Normativa Municipal STR nº 001/2014 – Versão 03.	Orientar sobre o uso de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Domingos Martins fora do horário de expediente, bem como a guarda domiciliar, especialmente em finais de semana e feriados.	- Veículos da Frota Municipal;	- Veículos da Frota Municipal;
3.10	Ordem Cronológica de Pagamentos;	- Processos administrativos de Compras e Serviços; - Notas Fiscais;	- Lei 4.320/64; Lei 14.133/2021;	Orientar sobre e cumprimento das normas legais relativas à ordem cronológica de pagamentos e aos prazos processuais na Administração Pública, bem como	- Processos administrativos de Compras e Serviços;	- Processos administrativos de Compras e Serviços;

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
				destacar a responsabilidade do Gestor da Pasta no acompanhamento dos processos administrativos.		
3.11	- Frequência e registro de horas extras;	- Registro de frequência dos servidores municipais;	- Lei Complementar 56/2022;	Avaliar junto às Secretarias municipais a forma que as mesmas utilizam para promover o registro e o controle da frequência de seus servidores, as orientações que adotam e que propagam, bem como o modo de conferência posterior destes documentos	272 servidores	8 servidores
3.12	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis do Fundo Municipal de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.	- Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	Avaliar a conformidade dos pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis do Fundo Municipal de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e Gestão Fiscal da Prefeitura de Domingos Martins.
3.13	Processos de Admissão Concurso 001/2023	- Processos físicos de admissão de servidores nomeados no Concurso nº 001/2023;	- IN TC nº 38/2016;	Emissão de parecer da Controladoria sobre todos os processos de admissão do Concurso Público nº 001/2023.	Processos de Admissão do Concurso nº 001/2023, referentes a 2025.	- <b>xx</b> processos físicos de admissão de pessoal.
3.14	Avaliação periódica dos Serviços Públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Normativo nº 3.392/2019.	Questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	- Lei Federal nº 13.460/2017; - Decreto Normativo nº 3.392/2019, atualizado pelo Decreto Normativo nº 4699/2024.	Avaliar os serviços prestados no âmbito da Administração Pública Municipal, averiguando a qualidade do mesmo e a satisfação do usuário.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins, exercício 2025.
3.15	Elaboração do Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2026, incluindo Prefeitura e Fundo de Saúde.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos	- Resolução TCE-ES nº 227/2011; - Orientações Normativas de órgãos de controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento	Elaborar o Plano de Ação do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), ambos para o exercício de 2026, com base nas informações obtidas da Matriz de Risco, dos instrumentos legais, das rotinas da Prefeitura e da sociedade.	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem	- Matriz de Risco da Prefeitura de Domingos Martins, incluindo Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais; - Legislações Federais e Estaduais sobre diversos temas que vinculem ações nos

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
		municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.	de riscos.		ações nos municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.	municípios; - Atividades inerentes a realidade municipal que exijam atuação do Controle Interno; - Solicitações do Prefeito sobre demandas especiais que entenda necessárias; - Solicitações de servidores e cidadãos sobre demandas de controle e fiscalização em setores específicos.
3.16	Avaliação da atuação do Controle Interno e identificação de Riscos na Prefeitura de Domingos Martins, para a elaboração da Matriz de Riscos, que será utilizada para fundamentar os planos de trabalho da Controladoria no exercício de 2026.	- Questionários elaborados pela Controladoria Interna e aplicados nas Secretarias Municipais de Domingos Martins.	- Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de riscos.	- Avaliar, junto às Secretarias Municipais, as temáticas que envolvem maior risco na Prefeitura e exigem maior atuação do Controle Interno, para a elaboração do PACI e PAAI do exercício seguinte; - Avaliar a atuação do Controle Interno ante as Secretarias Municipais.	- Secretarias Municipais de Administração e Recursos Humanos, da Fazenda, de Governo, de Interior e Transporte, de Educação e Esporte, de Cultura e Turismo, de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, de Meio Ambiente, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Desenvolvimento Rural e de Obras e Serviços Urbanos.	- Servidores que participaram.
3.17	Sobre a implantação da Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021	- Lei nº 14.133/2021; - Revogação das Leis nº 8.666/1993, Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11); - Processos de aquisição e contratação.	- Lei nº 14.133/2021;	Acompanhamento do atendimento às disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos, de 01/04/2021	- Adequação aos procedimentos; - Regulamentação; - Processos de aquisição e contratação.	- Adequação aos procedimentos; - Regulamentação; - Processos de aquisição e contratação.
3.18	Índices mensais da Saúde.	- Relatórios de Gestão Fiscal e Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	- Lei 101/2000 – LRF.	Acompanhamento dos índices mensais da Saúde, Educação e gastos com pessoal como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, através de emissão de relatórios	- Exercício 2025;	- Relatórios trimestrais;

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
				trimestrais.		

## 2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

**Tabela 02:** Achados e Proposições dos Pontos de Controle Específicos do Fundo Municipal de Saúde avaliados pelo Controle Interno.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.1	<p>A Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, analisando as demandas de publicação e atualização dos dados disponibilizados.</p> <p>No decorrer de 2025 a Prefeitura de Domingos Martins passou por 02 avaliações de entidades/órgãos externos, sendo estes a ONG Transparência Capixaba e o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:</p> <p><b>a)</b> Avaliação do Índice de Transparência e Governança Pública – ONG Transparência Capixaba: Implementações no site oficial e Portal da Transparência com a disponibilização de acesso a links e documentos anteriormente não disponibilizados; e atualização de documentos.</p> <p>Índice alcançado Geral 97,2 (ótimo)  <b>Índice alcançado Saúde 89,1 (ótimo)</b></p> <p>Para os municípios que alcançaram a avaliação "ótimo", a instituição "ES em Ação", junto a Transparência Capixaba, concedeu um selo representando a quantidade de itens atendidos em nova avaliação:  Selo alcançado: Diamante</p> <p><b>b)</b> Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo: regularização na publicação de documentos no Portal da Transparência.</p> <p>Índice alcançado pela Prefeitura(Geral): selo ouro 88,5%.</p>	<p>De uma forma geral, a Controladoria realizou o acompanhamento do Portal da Transparência no exercício de 2025 e conduziu as análises e implementações necessárias conforme as Avaliações realizadas. Foram notificados os setores responsáveis pelas inconsistências verificadas, bem como a empresa contratada para promover a gestão e a manutenção do Portal e a disponibilização dos menus de informação, para que providenciasse as correções e melhorias necessárias.</p>	<p><b>a) Regular;</b></p> <p><b>b) Regular;</b></p>
3.2	<p>No que se refere a Ouvidoria Municipal, foram observados os seguintes trabalhos:</p> <p><b>a)</b> Acompanhamento permanente do Sistema Online de Ouvidoria (FalaBR);</p> <p><b>b)</b> Acompanhamento da Ouvidoria Física Interna, nas dependências da Controladoria, e da Ouvidoria Física Externa, nas dependências da Gerência de Informática, sob responsabilidade do Ouvidor;</p> <p><b>c)</b> Notificações formais às Secretarias Municipais, em função do não cumprimento dos prazos previstos para respostas às manifestações da Ouvidoria;</p> <p><b>d)</b> Elaboração e Publicação do Relatório de gestão da Ouvidoria Online e Física – ano de</p>	<p>O Controle Interno realizou o acompanhamento ao sistema de Ouvidoria, auxiliando na resolução de pendências e na implantação dos projetos pendentes.</p>	<p><b>Esta temática está regular quanto às exigências legais, encontrando-se apenas em processo de aperfeiçoamento funcional.</b></p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>2025, conforme determinado na Legislação Federal e no Decreto Normativo Municipal nº 4.699/2024;</p> <p><b>e)</b> Atualização do normativo que regulamenta a ouvidoria municipal, através do Decreto Normativo nº 4.699/2024.</p> <p><b>f)</b> Elaboração da Instrução Normativa da Ouvidoria Municipal, estabelecendo procedimentos formais para o setor;</p> <p><b>g)</b> Abertura de processo de aquisição das urnas de ouvidoria, que serão instaladas nas dependências dos prédios públicos.</p>		
3.3	Ação preventiva sobre a realização de despesas sem prévio empenho.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 001/2025</b> , reforçando recomendações emitidas em anos anteriores, com o intuito de orientar acerca das disposições da Lei nº 4.320/1964, principalmente no que se refere ao art. 60, destacando o caráter obrigatório do prévio empenho, e ao estabelecer que "É VEDADA a realização de despesa sem prévio empenho". Dessa forma, toda e qualquer despesa pública só deverá ser realizada após regular empenho.	Concluído.
3.4	Ação preventiva quanto à observância ao princípio da impessoalidade no que tange ao Nepotismo, conforme artigo 37 da Constituição Federal.	<p>A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 002/2025</b>, com o intuito de orientar e recomendar ao Gestor e Secretários Municipais:</p> <p>1 – Que verifique-se o quadro de servidores dessa Secretaria, com a finalidade de identificar a possível existência de prática direta e indireta de nepotismo, e em caso positivo, adotar as devidas providências para correção desta realidade, de forma a evitarmos transtornos futuros para a administração;</p> <p>2 – que, a partir do recebimento da presente recomendação, as autoridades competentes (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município, Chefe de Gabinete, Gerentes, ou qualquer outro cargo comissionado do Município) abstenham-se de nomear para o exercício de cargos comissionados, função de confiança ou função gratificada, pessoas que detenham relação de parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral, ou por afinidade até o terceiro grau, para com as mesmas;</p> <p>3 - Sugerimos ainda, que as unidades administrativas adotem o procedimento de solicitar dos servidores nomeados a declaração negativa de parentesco com as respectivas autoridades supracitadas.</p>	Concluído.
3.5	Ação preventiva sobre a fiscalização de contratos administrativos, regidos pela Lei nº 14.133/2021.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 007/2025 reforçando a</b> importância do tema "Fiscalização de Contratos Administrativos", mantido na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei Federal nº 14.133/2021, destacando a necessidade de que sejam efetivas e representem verdadeiramente os interesses públicos da Administração, de forma que as inexecuções parciais e/ou totais dos mesmos estejam sujeitas as penalidades previstas na mesma lei e regulamentadas no município. Ademais, sobre a indicação do fiscal, ateste da nota fiscal, elaboração do relatório do fiscal, do secretário da pasta como gestor do contrato e da inclusão da comprovação de entrega ou da prestação de serviço no processo.	Concluído
3.6	Ação preventiva sobre a existência do Código de Conduta e Ética da Administração Pública	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 008/2025 e 009/2025</b> para	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	Municipal, a necessidade de sua divulgação.	a Secretaria de Administração e Recursos Humanos e demais secretarias orientando sobre a importância da divulgação, do conhecimento e do cumprimento do Código de Ética pelos membros deste Ente Público, com o intuito de prevenir comportamentos inadequados, de estabelecer procedimentos para lidar com desvios de conduta, bem como para auxiliar na promoção de um ambiente de trabalho saudável e garantir uma boa imagem para a instituição. Ademais, que deve-se atualizar a composição da Comissão de Ética.	
3.7	Ação preventiva sobre a aplicação de penalidades às empresas contratadas pela municipalidade que cometem infrações às cláusulas contratuais.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 010/2025 recomendando</b> às Secretarias Municipais que sejam adotados mecanismos de controle e acompanhamento nos processos de aquisição e serviços, e nos contratos firmados, que incluam a verificação do cumprimento de prazos, a qualidade dos serviços prestados e a entrega dos produtos conforme as especificações contratuais, e caso constatadas quaisquer irregularidades, que sejam providenciadas, tempestivamente, as notificações formais das empresas, para posterior abertura de processo de penalização do contratado.	Concluído
3.8	Ação preventiva sobre a avaliação e prudência na contratação de assessorias pela Administração Municipal.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 012/2025</b> para todas as Secretarias recomendando que fosse avaliada por parte das secretarias as eventuais contratações de consultorias e/ou assessorias, em especial, quando estiverem relacionadas a serviços essenciais e permanentes, já atribuídos a cargos da estrutura administrativa da Prefeitura, observando os critérios presentes neste ato recomendatório. Ademais, posicionou-se pela cautela na realização deste tipo de contratação, utilizando os serviços para demandas específicas da Administração, não para atividades contínuas e essenciais, considerando a natureza técnica da contratação, para que possíveis transtornos futuros sejam evitados.	Concluído
3.9	Ação preventiva sobre a necessidade de disciplinar os procedimentos de uso, guarda e conservação da frota de veículos.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 014/2025 a todas as secretarias municipais</b> para que fosse observada a correta utilização dos veículos da frota municipal por todas as Secretarias Municipais, com uso restrito ao atendimento de necessidades do serviço público, sendo vedada o uso para fins particulares (Art. 9º da IN STR – Sistema de Transportes nº 001/2014 – Versão 03). Ademais, reforçou-se que é vedado ao motorista ou operador conduzir o veículo para sua residência ou outro local não autorizado, sendo responsabilidade de cada secretaria adotar mecanismos de fiscalização contínua e, em casos necessários, mantenha controle documental das autorizações e relatórios, com arquivamento mensal.	Concluído
3.10	Ação preventiva sobre o cumprimento das normas legais relativas à ordem cronológica de pagamentos e aos prazos processuais na Administração Pública, bem como destacar a responsabilidade do Gestor da Pasta no acompanhamento dos processos administrativos.	A Controladoria providenciou a elaboração da <b>Recomendação Técnica nº 015/2025 a todas as secretarias municipais recomendando-se:</b> 1. Estabelecer fluxos e prazos internos claros para o processamento de notas fiscais, desde o recebimento pelos servidores, até o encaminhamento para liquidação e pagamento, garantindo que não haja atrasos injustificados. 2. Obedecer rigorosamente à ordem cronológica de pagamentos, devendo os processos de pagamento serem tramitados em tempo hábil para sua liquidação e quitação, cabendo solidariamente ao Gestor da Pasta acompanhar os processos internos da Secretaria,	Concluído



Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		<p>prezando pela conformidade com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>3. Manter o acompanhamento e a orientação constante dos servidores envolvidos nos processos administrativos, assegurando que estes atuem com a devida diligência, celeridade e transparência.</p> <p>4. Cientificar-se que atrasos injustificados de pagamento de sua Secretaria e a inobservância da ordem cronológica poderão acarretar em responsabilização para o Gestor da Pasta, se comprovada sua culpa ou dolo no descumprimento dos deveres funcionais.</p>	
3.11	<p>Por meio da <b>Inspecção nº 001/2025</b>, buscou-se avaliar junto às Secretarias municipais a forma que as mesmas utilizam para promover o registro e o controle da frequência de seus servidores, as orientações que adotam e que propagam, bem como o modo de conferência posterior destes documentos.</p> <p>Foram evidenciadas constatações gerais e individuais das secretarias municipais, com os seguintes achados:</p> <p><b>DOS QUESTIONÁRIOS</b></p> <p>a) Uso de ponto eletrônico e manual; secretarias que não tem responsável por pessoal; inexistência de conferência dos pontos mensal; locais sem relógio de ponto eletrônico; falta de ateste da chefia imediata; falta de autorização formal horas extras; servidores cedidos não apresentando registro de frequência.</p> <p><b>DA AMOSTRA SELECIONADA:</b></p> <p><b>Registro de frequência dos servidores: emissão, conferência e arquivamento</b></p> <p>Em resposta ao questionário aplicado, a SECSAU relatou que os registros de frequência são realizados por meio de ponto eletrônico e folha de ponto manual. Adicionalmente, informou que os procedimentos de emissão e conferência dos pontos eletrônicos não são realizados desde junho de 2024 pela Secretaria. Já os pontos manuais são encaminhados à Secretária pela chefia imediata do servidor.</p> <p>Ao analisar os registros de frequência enviados, constatou-se que os relatórios de ponto eletrônico dos servidores selecionados na amostra foram emitidos em julho de 2025, não possuindo assinatura do servidor, nem ateste da chefia imediata. Já os pontos manuais possuem assinatura do servidor e ateste da chefia imediata.</p>	<p>A Controladoria emitiu <b>Relatório de Inspecção nº 001/2025</b>, emitindo recomendações às Secretarias Municipais, em especial para secretaria de saúde:</p> <p>Considerando a importância do registro de frequência para o servidor, recomenda-se que a SECSAU reavalie suas rotinas, de forma a adotar imediatamente os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SRH nº 10/2023 (emissão, conferência e arquivamento dos registros de frequência) de todos os servidores a ela vinculados — inclusive os pontos eletrônicos —, para que possam ser apuradas eventuais faltas mensais e apresentados e arquivados os documentos que possam aboná-las. Ademais, reforçamos a orientação em relação ao ateste da frequência dos servidores, pois refere-se a documento que ampara a liquidação da folha de pagamento (art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964), haja vista que não basta o registro por parte do servidor, o cumprimento legal do item se encerra com a sua aplicabilidade, devendo ser aferido para que o pagamento como contraprestação do serviço oferecido pelo colaborador fique comprovado.</p>	Concluído
3.12	Da análise dos pontos de controle selecionados da IN 68/2020 do TCEES, os achados foram disponibilizados no RELUCI.	As proposições ou alertas foram disponibilizados no RELUCI, referente ao ano de 2025.	Regular.
3.13	<p>Emissão de 34 pareceres técnicos da Controladoria Geral, referentes aos processos de nomeações e posse dos servidores aprovados no concurso nº 001/2023 e convocados no exercício de 2025, incluindo no montante de profissionais da área da saúde.</p> <p>Na análise pretendeu-se verificar a existência e a compatibilidade do ato de nomeação com as disposições do edital do concurso, especialmente quanto aos requisitos para ingresso na carreira e os critérios de classificação.</p>	Tendo como base os documentos avaliados, submetidos a Controladoria Geral, foram realizadas as observações nos processos, opinando pela regularidade ou irregularidade da posse de cada candidato, por meio da emissão de Pareceres Técnicos da Controladoria Geral, que compuseram a remessa Registro de Atos de Pessoal do Sistema Cidades do TCE-ES.	Concluído
3.14	A partir da disponibilização contínua do	Apesar da disponibilização contínua da avaliação, a	Em andamento.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>questionário online de Avaliação de Serviços Públicos no site da Prefeitura e as respostas obtidas da população, observou-se após a análise dos dados coletados, pouca participação social durante o exercício 2025.</p> <p>Novo projeto foi iniciado em 2025 com a implantação de questionário/pesquisa de satisfação nos setores, porém só foi possível implantar em um local, sendo expandido em 2026 para Secretaria de Saúde.</p>	<p>Controladoria constatou a não participação dos usuários, sendo necessária reavaliar a forma de medir a satisfação dos cidadãos com os serviços fornecidos.</p> <p>O projeto iniciado em 2025 será expandido para mais setores em 2026.</p>	
3.15	<p>Avaliação e elaboração dos instrumentos de planejamento, sendo eles o Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI) e o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), por meio da utilização de Matriz de Risco.</p> <p>Na matriz de riscos, a Controladoria relacionou temáticas e setores a serem avaliados no decorrer do exercício de 2026, por meio de Auditorias e Inspeções, dentro de suas limitações, considerando os riscos identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Auditoria nos processos gerados para a realização das <b>obras públicas e seu processo de fiscalização durante a execução</b> pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Averiguar os procedimentos – fluxo de trabalho e documentos envolvidos na execução das <b>obras públicas</b>, bem como o acompanhamento e a fiscalização das obras em andamento e seus processos);</li> <li>- Auditoria ou inspeção em processos de <b>compras diretas ou por meio de licitações e contratos</b>, para verificar a adequabilidade dos mesmos em relação à nova lei de licitações e contratos, Lei Federal nº 14.133/2021; (Verificar a adequada elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e dos Termos de Referência, conforme a Lei);</li> <li>- Inspeção para avaliar a conformidade de processos de compra e prestação de serviços na área de eventos, locação e material de consumo.</li> </ul> <p>Demais temas serão acompanhados no decorrer do exercício:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos Humanos – treinamento sobre fiscalização de contratos e acompanhamento da inspeção de pessoal realizada em 2025;</li> <li>- Limpeza e Manutenção de vias públicas – avaliação sobre os procedimentos adotados na secretaria de Obras e Serviços Urbanos no setor responsável;</li> <li>- Manutenção de estradas rurais – avaliação sobre os procedimentos adotados na secretaria de Interior e Transportes sobre a temática no setor responsável;</li> <li>- Licenciamento e fiscalização ambiental – fiscalização no setor para averiguar os procedimentos adotados, os normativos existentes e se estão atualizados;</li> </ul>	<p>A Controladoria iniciou a elaboração dos instrumentos de planejamento para o exercício 2026, com base em todas as informações coletadas no decorrer do exercício de 2025, sendo estes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Ação Anual do Controle Interno (PACI);</li> <li>• Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI).</li> </ul>	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>- Licenciamento e fiscalização de obras particulares/aprovação de projetos – fiscalização no setor para averiguar os procedimentos adotados, os normativos existentes e se estão atualizados.</p> <p>Especificamente para saúde em 2026, serão encaminhados os normativos para atualização e elaboração de novos, conforme necessidade.</p>		
3.16	<p>A Avaliação de Riscos foi realizada junto às Secretarias, através de questionário online, buscando avaliar, através de gerenciamento de riscos, procedimentos, processos, setores e temáticas suscetíveis a riscos na Prefeitura de Domingos Martins e a necessidade de implantação de controles internos de forma a mitigar ou reduzir eventos capazes de prejudicar o alcance dos objetivos da entidade, ocasionados por falhas de execução, erros, ou até mesmo, casos de fraude e corrupção.</p> <p>A Controladoria adaptou o questionário aplicado anualmente, com o intuito de avaliar, juntamente às Secretarias, os processos e os temas, ou situações-problema, que configuram pontos de riscos na Prefeitura.</p> <p>Ademais, os questionários auxiliaram na identificação das temáticas de risco existentes nos órgãos, de forma a fundamentar a elaboração da matriz de risco e do Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2026.</p> <p>No que diz respeito a Avaliação do Controle Interno, averiguou-se boa avaliação, principalmente em relação a comunicação utilizada, atuação e aprovação dos trabalhos. Entretanto, no tópico que abordava os últimos trabalhos realizados pela equipe, houve uma redução das indicações, tornando-se necessário o empenho do controle interno para fazer conhecer seu trabalho e sua atuação em benefício da Administração Pública municipal, implementando novas estratégias de divulgação do trabalho da Controladoria para 2026.</p> <p>Por fim, as sugestões dos participantes acerca dos setores e temáticas a serem fiscalizadas no ano de 2026 envolveram <b>obras públicas, pessoal/servidores, manutenção de vias públicas e rurais, e processos de compras públicas.</b></p>	Com base na análise dos resultados obtidos na Avaliação do Controle Interno e Identificação de Riscos, a Controladoria elaborou a Matriz de Riscos com o intuito de auxiliar o Controle Interno na seleção dos pontos da Administração Pública Municipal sobre os quais exercerá com mais afinco atividades fiscalizatórias e de acompanhamento no exercício de 2026.	<b>Concluído.</b>
3.17	Implementação dos instrumentos de governança e planejamento da Lei nº 14.133/2021 – Plano de Contratação Anual (PCA)	Não houve proposições pela Controladoria.	<b>Concluído</b>
3.18	Acompanhamento dos índices mensais da Saúde, como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, através de emissão dos Relatórios de Gestão do 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2025.	A Controladoria realizou acompanhamento trimestral e todos os índices obedeceram os limites legais.	<b>Concluído</b>

### 3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Artigo 22 da IN TC - 32/2014.

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial para o exercício de 2025, no Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Domingos Martins ES, 24 de março de 2026.

**Franciele Luzia Holz**

Controladora Geral Municipal – Matrícula nº 12640